



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANDRÉ LOPES JÚNIOR CÓ

**A REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL
E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DO GRANDE
BOM JARDIM: QUESTÕES TEÓRICO-EMPÍRICAS**

ACARAPE-CE

2019

ANDRÉ LOPES JÚNIOR CÓ

**A REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL
E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DO GRANDE
BOM JARDIM: QUESTÕES TEÓRICO-EMPÍRICAS**

Projeto de pesquisa apresentado como trabalho de conclusão ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado

ACARAPE-CE

2019

ANDRÉ LOPES JÚNIOR CÓ

**A REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL
E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DO GRANDE
BOM JARDIM: QUESTÕES TEÓRICO-EMPÍRICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Orientador e Presidente: Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinador Interno: Prof. Dr. Ricardo César Carvalho Nascimento
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinador Externo: Prof. Ms. Adriano Paulino Almeida
Membro Externo

1 SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	8
3. PROBLEMATIZAÇÃO	9
4. OBJETIVOS:	10
4.1 OBJETIVO GERAL	10
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5. DISCUSSÃO TEÓRICA	11
5.1 Democracia representativa	11
5.2 Democracia participativa	15
6. METODOLOGIA	21
CRONOGRAMA	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

RESUMO

O presente projeto de pesquisa visa compreender a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, (Rede DLIS) enquanto um movimento social, e, portanto, compondo a sociedade civil, e focar na atuação dela no âmbito da concepção/formulação de uma política de desenvolvimento sustentável para o território a partir dos anos 2003. O foco da pesquisa busca entender a participação da Rede DLIS na formulação das políticas de desenvolvimento no âmbito da implementação e coordenação das mesmas. O projeto enquadra-se na metodologia qualitativa, buscando trabalhar a bibliografia e analisar documentos e dados coletados presencialmente, com o intuito de adequar melhor a nossa pesquisa, buscando assim compreender as conquistas da Rede DLIS no âmbito da sua atuação na concepção da formulação de políticas públicas no Grande Bom Jardim.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade civil, Políticas Publicas, desenvolvimento sustentável, Bom Jardim.

2 APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa surgiu com intuito de compreender a Rede de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ) enquanto um movimento social atuante na cidade de Fortaleza, compondo um segmento popular-comunitário e territorializado atuante da sociedade civil, e focar em sua atuação na concepção/formulação de uma política de desenvolvimento sustentável para o território na sua relação com a sociedade política.

A Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS) é uma instância de articulação de lutas envolvendo 33 entidades e movimentos, demandando questões específicas de cada bairro e articulando atuações no que diz respeito ao conjunto da região e da cidade. Foi criada em dezembro de 2003 e atua em um processo de diagnóstico, planejamento e monitoramento de políticas públicas de efetivação de direitos humanos em cinco bairros da região sudoeste da cidade - Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. A Rede DLIS também pretende fortalecer a identidade, a história e a memória desses lugares, valorizando as potencialidades humanas, culturais, artísticas paisagísticas e ambientais. Segundo, (ALMEIDA, 2014, p. 20-21).

O Grande Bom Jardim é um composto espacial, de dimensões regionais, formado por cinco bairros oficiais da cidade de Fortaleza, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira, abrigando uma população de 211 mil habitantes (senso IBGE/2010). Estes cinco bairros compõem o quadro dos dez bairros mais pobres da cidade de Fortaleza.

Almeida mostra desta forma, a característica socioespacial do Grande Bom Jardim, que apresenta sinais de desigualdade socioespaciais, segregação da região na cidade, na medida que reúne um conjunto de bairros mais pobres da cidade de Fortaleza. Desta forma, percebe-se que há um grupo de classe sociais concentrada em determinada regiões com característica identitárias semelhantes. A ideia da segregação espacial assume uma dimensão importante do ponto de vista de análise destes bairros que compõem a cidade de Fortaleza. Duas questões se colocam aqui é: por que que o estado prioriza o investimento e melhorias em áreas onde concentra-se a população com a maior renda, e ignorando as partes mais precárias urbanisticamente vulneráveis socioespacialmente da cidade, aumentando assim a segregação? Como os agentes sociais que vivem nessas áreas se mobilizam, se organizam e atuam politicamente, buscando reverter essa desigualdade e segregação?

Estas perguntas orientam o nosso trabalho, nos ajudando a compreender de que maneira, estas organizações conseguiram se organizar em termos de conquista para ter aquilo que hoje chamamos território de grande Bom Jardim. Desta forma, esta conquista passa necessariamente por um processo de luta que envolve todas as forças vivas desses bairros periféricos no sentido da união para uma luta conjunta, com intuito da autoafirmação do reconhecimento dos seus direitos enquanto cidadãos pertencentes a uma Nação e que merecem tratamento na base da dignidade da pessoa humana.

Dagnino (2004) permite perceber como a forma de atuação em rede assume uma dimensão fundamental no processo democrático, político e liberal onde todos os agentes são convidados a participar no processo de desenvolvimento que está intimamente ligado com as lutas para o avanço social. Desta forma, a discussão nos fez chegar a três noções: sociedade civil, participação e cidadania. Ainda na mesma linha de raciocínio, a Dagnino (2004) nos propôs a uma contextualização histórica de como se deu este processo no Brasil.

O processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos distintos, políticos distintos. De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas (Teixeira, Dagnino e Silva, 2002). O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental.

Sendo assim, este processo histórico de certa forma, deu abertura para que os movimentos da sociedade civil pudessem ser reconhecidos como parceiros do Estado no âmbito das suas atuações. Permitindo-lhes a formulação das suas pautas e demandas para que o Estado como entidade reguladora, pudesse efetivamente financiar e monitorar os projetos de desenvolvimento nas diferentes áreas, inclusive onde não atua de forma direta e/ou com a colaboração da sociedade civil.

3 JUSTIFICATIVA

As discussões sobre a sociedade civil têm ganhado objeto de muitas pesquisas nos últimos anos. Isso deve-se ao seu papel de extrema importância no processo democrático e de desenvolvimento sustentável.

A intenção de pesquisar a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS) enquanto movimento da sociedade civil, principalmente no que diz respeito a sua atuação no âmbito da concepção e formulação de políticas de desenvolvimento sustentável para o território, deve a minha participação num encontro que eu fui representar a minha organização no âmbito de parceria de Grupo de Estudos e pesquisa (GEPAC) com a rede DLIS. Daí, senti a necessidade de fazer um trabalho sobre a rede no que diz ao seu funcionamento e principalmente de sua articulação e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento local. De mesmo modo, verifiquei de forma diferente o modo de fazer a organização, comparando com a forma que se faz na Guiné-Bissau.

Um elemento importante que me deixou impressionado é a participação dos mais velhos nas discussões e tomadas de decisões para suas comunidades; o que não funciona na Guiné Bissau.

O projeto fundamenta a sua relevância no domínio da sociedade civil como sujeitos que atuam ao lado do Estado na formulação e implementação das políticas públicas de desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, pressionando e monitorando a atuação estatal-governamental, prezando a autonomia do movimento popular-comunitário. Portanto, o projeto tem muita relevância nas diversas áreas do saber.

As inquietações ora levantadas no projeto podem influenciar diferentes estudos sobre atuação da sociedade civil nas suas mais variáveis formas de manifestação. Sendo assim, vale dizer que o projeto também, tem viés de produção de novas epistemologias que de certa forma, vai ajudar muito nesses países periféricos que precisam muitos de organizações de sociedade civil forte e competente em saber advogar pelas políticas públicas locais.

4 PROBLEMATIZAÇÃO

O processo de participação da sociedade civil no Brasil teve o seu marco histórico a partir da constituição federal de 1988, que legitimou a participação do cidadão na formulação, implementação e controle das políticas públicas por parte da sociedade civil como parceiros de estado no processo de desenvolvimento. Partindo deste pressuposto, a uma forte aposta no Estado pelas organizações da sociedade civil no sentido de trabalharem juntos - sociedade política e civil - para a formalização e efetivação das políticas públicas, destinadas a melhoria das condições da vida das populações, principalmente os que estão nos níveis precários da sociedade. Mas, também considerando a autonomia da sociedade civil, em suas capacidades próprias de formulação de propostas e de controle social.

Partindo deste quadro, o nosso projeto de pesquisa busca problematizar as seguintes indagações:

- a) Como se deu atuação da Rede DLIS no processo de formulação das políticas públicas de desenvolvimento sustentável para o território?
- b) Como a Rede se mobiliza e quais os espaços de participação política utilizados na luta pela participação e representação dos cinco bairros?
- c) Quais são as pautas de lutas e demandas que orientam a Rede na participação e formalização das políticas públicas?

Estas e demais reflexões e indagações que conduzirão o alicerce da nossa discussão sem fugir da análise do nosso grande tema em questão.

5 OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar a influência da Rede DLIS na formulação e na implementação de políticas pública de desenvolvimento sustentável para o território Grande Bom Jardim, a luz de uma reflexão acerca de sua atuação, suas formas de organização e de agenciamento?

Objetivo específico

- a) Analisar as formas de organização e de participação da rede DLIS no desenvolvimento de grande bom jardim.
- b) Compreender como alguns dos s gentes de Rede DLIS (velhos e novos), recebem os resultados de suas intervenções em ação coletiva?
- c) Analisar a representação dos cinco bairros que compõem a Rede DLIS (organizações de base).

Sendo assim, estes objetivos nos conduzem a uma reflexão sobre o processo democrático no Brasil de modo particular à abertura democrática que fez surgir as mais diversificadas organizações de sociedade civil que atuam junto com/ao Estado no desafio do Desenvolvimento que o mundo global nos coloca. No entanto, para responder a estas lógicas, optamos sempre a perspectiva teórica que discute atuação da sociedade civil com intuito de poder apropriar de melhor forma os conteúdos para enriquecer o nosso trabalho.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo do tempo, surgem várias interpretações a volta do conceito da Sociedade civil por parte dos teóricos que discute sobre a temática. De acordo com a concepção Gramsciana “Sociedade política e Estado” ele defende uma sociedade civil baseados na ideia da luta de conquista dos direitos da memória. De mesmo modo, invoca uma compreensão entre a relação do estado e a sociedade civil no sentido de interdependência com objetivo de desenvolvimento, ou seja, o estado e a sociedade civil são parceiros que trabalham juntos para o processo de desenvolvimento.

1.1 ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO.

O assunto da Sociedade Civil no âmbito da sua atuação no desenvolvimento dentro de um contexto democrático é um assunto que teima em não sair de cena, principalmente nos países da África e da América Latina. Tal fato se deve as características desses países considerados de segundo mundo ou periférico com forme sinaliza alguns autores, e por apresentar números gritantes de desigualdade sociais. A participação se deu a partir da constituição de 1988, tem sido um papel de relevo que visa manter a posição de luta para conquista dos direitos sociais. De fato, a interpretação que aborda a participação de organização da Sociedade civil com interesse de desenvolvimento não é nova. Avritzer (2012) aponta que esta explicação é recorrente na historiografia que trata da forma como se deu atuação da sociedade civil no Brasil.

A sociedade civil brasileira ressurgiu durante o processo chamado de "liberalização" que começou durante meados dos anos setenta (O'DONNELL & SCHMITTER, 1986), momento em que o regime autoritário brasileiro liberou o controle em relação a algumas proibições de reuniões públicas de associações voluntárias, mas não sobre as regras de competição política (STEPAN, 1989). (AVRITZER (2012), p, 387)

Diante disto, Avritzer nos mostra a fase onde se começa a ter mais espaço democrático no sentido de os cidadãos poderem de certa forma, reunir e tomar a consciência cívica face aos problemas que lhes afetam. A legitimidade por parte do Estado com relação a forma de participação, isso traduziu efetivamente nas mais variáveis formas de manifestação das organizações da sociedade civil que procura atuar nos respectivos campos de intervenção.

Na busca de melhor entendimento sobre a forma de atuação da sociedade civil, estamos ligados a conceito de participação no processo democrático que vai se explicar da forma como os atores agem politicamente com intuito de captar recursos para os seus projetos.

Os instrumentos da participação no espaço democrático contribuem como alternativa para a adequação dos espaços de disputa que incorpora a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito marcado na possibilidade de efetivação dos ideais democráticos, na legitimidade das decisões e ações políticas através da deliberação pública de coletividade de cidadãos livre e iguais no exercício do processo político e na solução das questões de interesse comum. (RODRIGUES *apud* SOUTO s/d, p. 2).

No caso específico de grande Bom Jardim, a participação tem outro significado na medida que consegue englobar todas as camadas e representação social do território com intuito de inteirarem das decisões e de que forma está sendo administrado a organização, principalmente no que refere aos projetos em andamento. O outro sim, a Rede DLIS, assume uma importância de articulação com as entidades de bases na implementação das políticas públicas no território. Ela também serve como instrumento político de um lado para o estado, e de outro lado, para o território de grande bom jardim, sendo como facilitador nas políticas de desenvolvimento, ou seja, instancia superior de articulação.

A Rede DLIS tem como propósito garantir o desenvolvimento socioespacial dos bairros e o bem-viver de sua população, diagnosticando as fragilidades e as potencialidades da região, identificando, denunciando e visibilizando as negligências e as violações de direitos, propondo e negociando políticas públicas, através de plataformas e programas, pressionando governos e monitorando as políticas públicas locais. A efetividade de sua atuação, lançando mão de engenharias e tecnologias sociais, ferramentas e estratégias político-discursivas, dotaram a instância de um poder simbólico e político em condições de lhe fazer existir, enquanto ente, na sociedade política municipal. (ALMEIDA, 2014, p. 23)

Sendo assim, é importante pensar que a sociedade civil como um cenário no qual está localizado a existência de ações coletivas, organizações não governamentais, ações comunitárias e associações diversas. Então, a sociedade civil é um espaço no qual diversas entidades, atores sociais, sujeitos coletivos estão agindo socialmente. Por tanto, os movimentos da sociedade civil, constituem um desse sujeitos ao lado dos outros. Neste caso, os movimentos não governamentais aguardam relações entre si, ou seja, os movimentos sociais, elas estão articuladas em redes. Então toda a sociedade civil é uma

esfera de articulação entre diferentes atores. No entanto, a sociedade civil guarda relações política que por sua vez é o estado.

Nesta ótica, para (Costa, 1997, p. 17) a sociedade civil seria, “Conjunto de associações e formas organizativas que distinguem de outros grupos de interesse atuantes na esfera política (partidos, Lobbies etc.) e da economia (sindicatos, associações empresariais etc.)”. Nesta ótica, está concepção de costa, busca afirmar a ideia da rede no tocante a sua atuação de forma política que visa atingir o objetivo de um grupo de pessoas politicamente organizado como o caso da Rede DLIS.

Porém, esse contexto apresenta ambiguidades e paradoxos. De acordo com Simionatto (Simionatto, 2010, pp. 176-177; Sklair, 2010), conforme citado por SILVA, (1993, p. 11), “a sociedade civil perdeu sua configuração de “grande política”, na qual os sujeitos coletivos interpelam e alteram o Estado, potencialmente transformando-se em arena desqualificadora das demandas sociais globais. A intensificação das relações com as ONGs por parte dos governos nacionais fez com que a sociedade civil se preocupasse em obter apoio através do acesso aos fundos públicos. A política não desaparece desse cenário, mas converte-se em “pequena política”. Frente às políticas neoliberais, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, tanto nacional como internacionalmente, houve resistência e proposições de contestação. Por isso, a superação da identificação entre sociedade civil, terceiro setor e ONGs supõe a retomada da sociedade civil como a esfera da “grande política”, na “criação de alianças estratégicas entre a classe trabalhadora e os movimentos sociais, com vistas a ampliar o horizonte emancipatório”.

Ainda no âmbito da política pública, Sergio costa, destaca a importância de organizações da sociedade civil aturem no domínio da mídia de comunicação para que efetivamente possa ajudar na divulgação dos seus conteúdos de desenvolvimento. Desta forma, motivando as organizações de bases acompanhar os planos e programas de desenvolvimento.

1) Ampliação do espectro de questões cobertas pelo noticiário. Quando se compara os jornais das três cidades iniciativas implementadas a compreensão de que a projeção de uma imagem de independência e espírito crítico é fundamental para assegurar a credibilidade e a legitimidade pública dos veículos, fatores decisivos, a longo prazo, para o sucesso comercial destes. O depoimento de um desses editores fornece uma boa medida das transformações por que passam os veículos locais: Recebemos queixa dos políticos, mas nossa reação é considerar o fato. Um fato é um fato: se tiver relevância a gente dá, se não tiver, a gente não dá [...]. Nosso alvo não é agradar políticos, de forma nenhuma, nosso alvo é agradar.

2) Profissionalização da mídia. Ainda que os *media* locais continuem, como se mostrou, vulneráveis a constrangimentos políticos variados, verifica-

se, nas três cidades investigadas, um processo de crescente profissionalização dos veículos, com destaque para a mídia escrita. Entende-se como profissionalização a tendência à orientação da seleção de temas (formação das pautas) e do tipo de cobertura realizada por critérios estritamente jornalísticos e não mais político-partidários.

3) Expansão das atividades de prestação de serviços. Verificou-se tanto na mídia eletrônica, quanto impressa, a ampliação considerável, no período recente, dos espaços disponíveis para a "prestação de serviços" à comunidade (programas ou colunas de reclamações sobre serviços públicos, espaços para divulgação gratuita de eventos das associações locais etc.). (Costa.)

Nesta ótica, a mídia assume um papel importante no processo democrático de desenvolvimento onde os atores sociais usam dela para os fins políticos, mas ao mesmo tempo, é um instrumento fundamental para articulação entre as organizações com a comunidade, ou seja, ela também é vista numa perspectiva como patrimônio de uma determinada organização da sociedade civil.

A articulação da sociedade civil com a racionalidade comunicativa e, portanto, com um conjunto de atores que constroem novas identidades e solidariedades tematiza problemas, demanda novos direitos, institui novos valores e reivindica novas instituições, reserva a esta esfera um lugar que, diferenciado do Estado e do mercado, se traduz pelos princípios da pluralidade, privacidade, legalidade e publicidade (Cohen e Arato, 1992) Embora questionado e matizado por um certo virtuosismo reducionista¹⁷, o fato é que este conceito de sociedade civil veio ocupando um lugar importante nos estudos sobre as ações coletivas no âmbito das Ciências Sociais no País. Da mesma forma, e em proximidade com este conceito, vem tomando corpo, no interior das análises sobre cultura política e processos participativos, o conceito de capital social. (WARREN – LÜCHMANN. P.19-20. 2014)

WARREN – LÜCHMANN nos chama atenção a importância do uso da racionalidade dentro dos movimentos da sociedade civil que vai controlar as suas atuações face a várias tentativas de cooptação por parte de sujeitos que atuam politicamente na lógica de fazer valer os seus interesses mesmo sacrificando uma massa da população que vive na desigualdade e tamanha exclusão social por direitos que lhes pertencem.

De acordo com (WARREN – LÜCHMANN. P.17-18. 2014), as organizações da sociedade civil passam cada vez mais a assumir as posições de frentes de lutas no contexto de advocacia com a classe política, exigindo assim, a responsabilidade do estado para com os seus concidadãos na ideia de pensar políticas públicas de desenvolvimento local.

É neste contexto que as ONGs passam a ocupar lugar de destaque na execução de ações e programas sociais desenhados a partir de uma orientação política pautada nos princípios da participação solidária, da focalização e do voluntariado. Além disso, o reconhecimento público das ONGs, a partir de sua participação nas Conferências Globais, nos fóruns locais e nacionais, e nas

ações do voluntariado deu nova visibilidade a esse ator coletivo, delineando um campo de análise que, todavia, não se estruturou mais em uma única perspectiva paradigmática, mas em múltiplos referenciais analíticos: as abordagens do “associativismo civil”, (WARREN – LÜCHMANN. P.17-18. 2014)

Diante dessas abordagens, a discussão nos convida a espreitar políticas públicas de desenvolvimento sustentável a luz dos conceitos e sua aplicabilidade relacionado ao poder. Para isso, buscamos dialogar com Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2003), a luz do pensamento de Peter John (1999), cinco grandes vertentes analíticas na subárea das políticas públicas, quais sejam:

- (1) a institucional;
- (2) a interessada em perceber as formas de atuação e o impacto dos grupos e das redes;
- (3) as abordagens que dão ênfase aos condicionantes sociais e econômicos no processo de produção das políticas;
- (4) a teoria da escolha racional;
- (5) as abordagens que destacam o papel das ideias e do conhecimento.

Até aqui, vimos como surgiu o conceito da sociedade civil no Brasil, que vem de um processo histórico marcada pela grande mudanças sociais de um regime opressivo, ditadura militar onde a grande parte da sociedade já sentia a necessidade de viver a liberdade que só mais tarde, se traduziu nos espaços democráticos onde as pessoas se reuniam para debater os seus reais problemas, e de certa forma, criticar a liderança do país. Diante de tudo isso, temos que admitir de que houve as mais diversificadas manifestações das organizações da sociedade civil que advogava pelas mudanças sociais que a própria sociedade estava exigindo. Deste modo, o estado incorporou a sociedade civil como o seu verdadeiro parceiro de desenvolvimento, atuando juntos na formulação e elaboração de políticas públicas. No entanto, alguns autores democráticos, acreditam de forma positiva na sociedade civil como elemento impulsionador no processo de desenvolvimento, na medida em que as suas formas de intervenção nas políticas públicas de desenvolvimento, visam necessariamente, na participação e coordenação de políticas públicas que na sua maioria é de caráter social, empreendida na logicada da redução da desigualdade, pobreza e demais fenômenos que assombra cada vez mais a humanidade na sua diversificada forma. .

1.2 ABORDAGEM TEÓRICA NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Os grandes acontecimentos marcaram o mundo a nível mundial. Deste modo, o continente latino americano não fugiu dos grandes regimes ditatoriais que durou ao longo dos tempos, com uma administração baseada no poder da força, ou seja, na violação da dignidade da pessoa humana - direitos humanos. O conceito da sociedade civil como já havíamos mencionado acima, é um conceito que tem várias definições e interpretações nas diferentes áreas de saber. Cada área procura defini-la de acordo com o seu entendimento.

A democracia está em processo da sua consolidação no que diz respeito a garantia de sua funcionalidade em termos de direitos e conquista de um mundo igualitário para todos os cidadãos do mundo. (Held, 1991: 145). Portanto, o mundo contemporâneo nos oferece possibilidades diante do conceito da democracia com intuito de pensarmos os estados modernos que ainda se encontra com grandes dificuldades na definição do modelo ideal que permite representar toda sua diversidade.

Para melhor situarmos nas abordagens dos movimentos sociais no Brasil, procuramos de perspectiva macro, entender os movimentos da sociedade civil no contexto da América Latina a qual o Brasil faz parte. Segundo, (Gohn 2010), nos convida a observar a panorama conjuntura atual dos movimentos sociais latino americanos, para situar abordagens dos sujeitos das ações coletivas que parte de uma distinção entre campos de atuação diferenciada que são: de acordo, Gohn, “movimentos sociais, urbanos e rurais, organizados no âmbito das demandas por direitos sociais, culturais, por melhores condições de vida acesso à terra, moradia, serviços públicos”. Deste modo, de forma bem detalhada, o autor apresenta uma subdivisão de movimentos sociais latino americanos que estão mais em frente de lutas para conquista dos seus direitos:

Primeira: movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afro-descendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.).

Segunda: movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc.

Terceira: movimentos globais ou globalizantes, como o Fórum Social Mundial (ver Munõz, 2008). São lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. Essas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. Na realidade, essa forma de movimento constitui a grande novidade deste novo milênio. (Gohn. P. 439 -440. 2010)

A contribuição de Gohn, traz muitas reflexões sobre o conceito de movimentos sociais na atualidade, principalmente na América latina e conseqüentemente no mundo, no que diz respeito da forma que os movimentos sociais atuam, face ao fenômeno de globalização que busca colocar diferentes sujeitos num mesmo lugar. Sendo assim, os movimentos sociais, estão na eminência de serem atacados cada vez mais pelas lógicas invisíveis dentro de um contexto da globalização alimentado pelo alto espírito de capitalismo manipulador e explorador através dos seus modos operantes. No entanto, a chamada de atenção e ao mesmo tempo as críticas sobre os movimentos sociais, na visão do autor, o passado histórico registra de forma negativa o processo de colonização/dominação/exploração que ocorreu na África e América latina, onde diferentes grupos sociais, na sua maioria, constituem movimentos sociais nos do países do sul global, ou seja, os subalternizados, massacrados, excluídos que apresentam características semelhantes. No entanto, os movimentos sociais nesses países periféricos, têm uma posição política que se baseia nas lutas sociais.

Ao observarmos a conjuntura dos movimentos sociais latino-americanos, na atual etapa de um mundo globalizado, indaga-se: qual o papel desses movimentos sociais no desenrolar dos processos democráticos em curso? Qual a concepção de movimento e de democracia que fundamentam suas práticas? Como eles se veem e que horizontes projetam para a sociedade? Como esses movimentos se articulam ao campo sociopolítico e cultural de cada país? (Gohn. P. 439 -440. 2010)

Partindo desse pressuposto as abordagens de A. Arato, J. Cohen e J. Habermas, cada um buscam consolidar, a teoria que explica a vinculação de projetos democráticos, e das estruturas capazes de dinamizar a própria sociedade civil na sua mais diversificada forma de manifestação, que inclua os valores humanos que o mundo global exige. Percebe-se que há uma diferença nas abordagens dos teóricos com relação aos seus posicionamentos. De maneira geral, convergem na ideia da sociedade civil que seria como um elemento crucial e parceiro de Estado na difusão da própria democracia

que está ligada a ideia da liberdade baseados nos princípios liberais. Nesta ótica, os movimentos da sociedade civil têm crescido de forma significativa o que lhes deixa cada vez mais comprometido com os processos de desenvolvimento local, e tornam de forma clara os verdadeiros parceiros de desenvolvimento do estado no tocante a formulação e aplicação das políticas públicas.

Na analogia de Habermas, ele está mais preocupado na definição de um modelo conceitual crítico que visa a emancipação de movimento social no tocante a sua atuação na formulação e influência de políticas públicas. Na mesma linha de raciocínio, Sérgio Costa (2006:23), dialoga com a Habermas na perspectiva da integração social que dissemina a ideia de fazer com que todos os sujeitos sentissem presentes no processo democrático.

A ideia de uma definição da sociedade civil no seu sentido mais completo, nos fez instigar o debate com Habermas para compreender as questões subjetivas legitimadas dentro de atuação da sociedade civil, ou seja, a forma como ela reporta a esperança de uma certa comunidade política. Portanto, a busca de uma definição da sociedade civil, explica-se pelo seu conceito que está vinculada a movimentos, organizações, associações organizadas, que tem como responsabilidade de captar fundos para a sua aplicação nas políticas públicas locais. Neste sentido, a sociedade civil assume uma dimensão da articulação política junto do estado como parceiro de desenvolvimento. (Habermas, 2003: 99).

Face todas estas discussões, é notável que a concepção da sociedade civil está ligada aos movimentos sociais nas suas diversificadas formas e que está sob um processo dinâmico de mudanças, adaptando-se cada vez mais aos seus interesse e campo de atuação na base de democracia que clama pela luta de melhoria das condições dos sujeitos que a representa.

Para esta segunda fase com a mesma pretensão dos dois autores, nomeadamente, Cohen e Arato no que tange a definição dos movimentos sociais como uma teia de relações e de articulações com foco nas relações entre as ações coletivas da sociedade civil organizada com pautas que vai influenciar o estado na formulação das políticas públicas do desenvolvimento. (Cohen e Arato, 1999: 493-4)

Até aqui, as discussões que parte de diferentes concepções e pontos de vista dos autores, nos torna cada vez mais perto da definição do conceito da sociedade civil que explicasse toda sua complexidade. Na mesma linha de raciocínio, os autores nos convidam a dialogar com o conceito de sociedade, que vai se expressar de acordo com a

cada realidade social que ela está vinculada, ou seja, a realidade que o conceito propôs explicar. Porém, o conceito de sociedade civil aqui discutida, nos dá, a possibilidades de englobar várias categorias de análises que vai dialogar com a formulação teórica do Habermas no sentido de que é necessária uma nova formulação que desvinculasse da antiga perspectiva do Estado como entidade capaz de atuar no processo de desenvolvimento. (Cohen e Arato, 1999: 424).

Seguindo a linha de análise Habermasiana, percebe-se uma dinâmica na sua formulação na perspectiva de estado moderno europeu, que visa o desvinculo com o processo histórico, ou seja, a ideia do autor seria a explicação da transição de estado tradicional para estado moderno onde as instituições sociais tendem a estar mais presente para atender as demandas sociais que o mundo globalizado nos impõem enquanto sujeito. Mas também, pensar a nossa condição humana enquanto sujeitos que encontram em um processo de mudanças globais. Por tanto, a sociedade dita moderna, procura construir um indivíduo autônomo capaz de inserir dentro da cultura socialmente aceite e sobretudo, ter a capacidade de poder agir positivamente para as mudanças sociais a partir da sua realidade; isto é, de forma efetiva da sua participação dentro de um contexto da sociedade civil constituído por grupo de pessoas com interesses em comum. (Cohen e Arato, 2000: 425-6)

A ação da teoria desses autores, principalmente Habermas quando nos apresenta duas linhas ligada a perspectiva de um raciocínio logico entre o mercado e estado. Nessas linhas de pensamento, análises se baseia na ideia de que o conceito da sociedade civil foi formulado nos princípios transformadores que visa a uma mudança social a partir da lógica da sua criação. Neste contexto, o conceito da sociedade civil, ela é vista num campo de luta de obtenção de certos direitos que só com a exigência que elas podem ser formuladas como políticas públicas que vai ser submetidas por um processo da sua validação. (Cohen e Arato, 2000: 428)

6. METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa tem como metodologia qualitativo. Para nossa pesquisa, optamos pelo método qualitativo que vai dialogar com o nosso objeto de estudo e consulta dos trabalhos já feitos sobre a Rede de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ), entendemos que será melhor para o nosso objeto de análise de trabalho que propomos compreender. Metodologia é como caminho para atingir um determinado objetivo, ou seja, é um conjunto de técnicas aplicadas que

auxilia o pesquisador para coleta de dados, obtenção de informação durante a realização da pesquisa. De acordo com o Cerswell (2010), a pesquisa qualitativa é o caminho pelo qual o pesquisador percorre para compreender de melhor forma o objeto a ser estudado que vai lhe possibilitar arcabouço para interpretar diferentes fenômenos sociais que cerca o nosso cotidiano. Para Tezani (2004), as pesquisas qualitativas é um conjunto de várias possibilidades que o pesquisador pode percorrer como método e técnica com intuito de alcançar os objetivos que a própria pesquisa coloca. Para tanto, pretendemos realizar uma parte do nosso trabalho no campo com intuito de interagir de melhor forma com a comunidade estudada e sobretudo, realização da entrevista semiestruturada com diferentes membros geracional da Rede DLIS, consulta de acervo de memória como suporte para compreender as conquistas da Rede. Isso para poder compreender certas subjetividades que se encontra nas relações cotidiana no território de Grande Bom Jardim. Sendo assim, procuraremos de melhor forma balizar os textos, entrevista e vivencia no território do grande Bom Jardim com intuito de melhor termos controle do nosso trabalho e corresponder com clareza a nossa proposta de pesquisa.

CRONOGRAMA

Mês	ATIVIDADES
1 e 2	Consolidação do objeto e questões de pesquisa
1,2, 3 e 4	Pesquisa bibliográfica e documental
3, 4, 5 e 6	Levantamento e organização dos dados
5,6, 7 e 8	Análise das informações coletadas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOHN GLÓRIA MARIA DA. **Abordagens Teóricas no e tudo dos movimentos sociais na américa latina.** CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008

AVRITZER LEONARDO. **Sociedade civil e Estado no Brasil da autonomia à interdependência política.** *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 18, n° 2, novembro, 2012, p. 383-398

ARATO, A.; COHEN, J. **Civil Society and Political Theory.** Massachusetts: MIT Press, 1999.

ALMEIDA A. PAULINO. DE (grande) **Bom jardim: reterritorialização e política de representação à luz da nova pragmática.** universidade estadual do Ceará. centro de humanidades. programa de Pós-graduação em linguística aplicada, 2014

COSTA, S. **Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo.** Belo Horizonte:Ed. UFMG,2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos.** Tradução Magda Lopes; 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional Ensaio políticos.** trad. Márcio SELIGMANN-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia entre facticidade e validade.** Trad. Flávio Beno SIEBENEICHLER. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HELD, D. **A democracia, o Estado-nação e o sistema global.** In: Lua nova, n 23,1991.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **As interfaces da pesquisa etnográfica na educação.** *Revista Linhas.* v. 5, n. 1 (2004). Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1237/1050>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

WARREN ILSE SCHERER- LÜCHMANN LÍGIA HELENA HAHN. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil.** N° 5 –outubro de 2004

CARLOS AURÉLIO PIMENTA DE FARIA. **Ideias, conhecimento e políticas PÚBLICAS Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** *RBCS Vol. 18 n.º 51 fevereiro/2003*